

Sharing Inside de Box: Clubs, Community and Social Inclusion

Partilhar Dentro da Caixa: Clubes, Comunidade e Inclusão Social

Nuno Silva¹, Pascale Millecamps¹

¹Comunidade Sócio-Terapêutica Casa João Cidade

Abstract

Sport has been used as an instrument of social inclusion, through dynamics such as the activities developed by the institutions or unified sport. Another way is to approximate the conditions of practice of people with intellectual disabilities (PWID) to the activities of the community and other citizens, as was the case of the project analyzed here. The research followed the qualitative-interpretative paradigm and is a case study. Three focus groups (athletes, families and technicians) were carried out using a semi-structured script and the data collected were analyzed by content analysis according to Bailey's social inclusion dimensions (spatial, functional, relational and power) and process indicators (sustainability, history, effects of project action principles and expectations). The results indicate that the project had a positive impact on the social inclusion of PWID and promoted the process of normalization of sports practice. Recommendations are presented for intervention in social inclusion.

Keywords: social inclusion, sport, intellectual disability

Resumo

O desporto tem sido utilizado como instrumento de inclusão social, através de dinâmicas como as atividades desenvolvidas pelas instituições ou o desporto unificado. Outra via é a da aproximação das condições de prática das pessoas com deficiência intelectual (PCDI) às atividades da comunidade e restantes cidadãos, como foi o caso do projeto que aqui é analisado. A investigação seguiu o paradigma qualitativo-interpretativo e consta de um estudo de caso. Foram realizados três *focus groups* (atletas, famílias e técnicos), com recurso a um roteiro semi-estruturado e os dados recolhidos foram tratados por análise de conteúdo, segundo as dimensões de inclusão social de Bailey (2005, 2008) (espacial, funcional, relacional e poder) e indicadores de processo (sustentabilidade, história, efeitos dos princípios de ação do projeto e expectativas). Os resultados apontam que o projeto teve impacto positivo na inclusão social de PCDI e promoveu o processo de normalização da prática desportiva. São apresentadas recomendações orientadas para a intervenção na inclusão social.

Palavras-Chave: Inclusão social, desporto, deficiência intelectual

*Autor para correspondência.

Correio electrónico: joaocidade.caaapd@gmail.com (Pascale Millecamps)

Introdução

Este artigo dá conta da avaliação de um projeto de inclusão social de pessoas com deficiência intelectual (PCDI) pelo desporto – denominado “Um Passo em Frente” – que assentou no envolvimento dos clubes, famílias e comunidade.

A inclusão social relaciona-se com valores de equidade e igualdade social e é traduzida nos instrumentos e mecanismos utilizados para minimizar a exclusão social (Bernman & Philips, 2000). Portanto, pode ser uma medida de participação e acesso a redes de relacionamento e suporte social, emocional e material (Duhaine *et al.*, 2004). O conceito deve ser entendido na sua multidimensionalidade e exprime-se através das oportunidades de ser (desenvolvimento da personalidade), de estar (pertencer a redes sociais), de fazer (participar em atividades socialmente valorizadas), de criar (empreender), de saber (desenvolvimento de competências e tomada de decisões) e de ter (rendimento) (Amaro, 2000). Logo, o indivíduo que está inserido na sociedade é aquele que, tendo acesso a essas oportunidades, é autónomo na escolha daquelas que utiliza (Amaro, 2000).

Como processo, a inclusão pode ser entendida no seio de uma dialética inclusão/exclusão, em que o mesmo lugar (corpo, trabalho, cidadania e território), dependendo da organização e constrangimentos a que está sujeito, pode originar inclusão ou exclusão (Stöer, Magalhães, & Rodrigues, 2004). Esta noção alarga a necessidade de perceber os impactos que as ações quotidianas – pessoais, políticas, estratégicas – podem ter para promover a inclusão e mitigar a exclusão; e responsabiliza cada um dos agentes sociais.

Assim, apesar da intervenção estar normalmente centrada em grupos em risco de exclusão, é certo que decorre no seio de comunidades cuja ação se estende para além de qualquer modificação desse público-alvo. Os riscos para as PCDI podem advir de circunstâncias que ultrapassam o indivíduo, como as poucas oportunidades de participação e valorização social, os estigmas associados à deficiência e a ausência de oportunidades de mobilidade social (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011). Portanto, torna-se importante reconhecer que o foco da inclusão social não reside apenas nas intervenções destinadas para as PCDI, mas acontece num contexto sistémico de práticas quotidianas e de padrões culturais, influenciado pelas interações entre agentes.

Neste contexto, o desporto emerge enquanto um espaço que, dependendo da forma como está organizado, pode favorecer a inclusão social (ver, por exemplo, Harada *et al.*, 2011; Liu, 2009; Maxwell *et al.*, 2013). Segundo Bailey (2005, 2008), a inclusão social que resulta das práticas desportivas assenta (a) na redução de distâncias sociais e desigualdades de oportunidades de prática desportiva; (b) na confirmação da identidade e nos sentimentos de segurança e pertença; (c) no desenvolvimento de competências específicas ao desporto e de competências transversais e (d) na

alteração do *locus* de poder que o desporto pode promover (acesso a redes sociais alargadas e sentimentos de maior controlo sobre a própria vida).

Uma vez que há muita variedade nas opções organizacionais destinadas a promover a inclusão social pelo desporto, é importante averiguar qual o alcance e eficácia de cada uma delas, particularmente das adaptações que são assumidas.

Desde logo, é comum que as instituições que se dedicam à área da deficiência se constituam como clubes de desporto adaptado. Portanto, a adaptação dá-se ao nível das instituições – que se organizam para criar um serviço interno – e pode significar um tipo específico de segregação: prática desportiva que separa os atletas da comunidade e reforça a institucionalização. Outro caminho é o do desporto unificado, que reúne atletas com deficiência intelectual e boas competências desportivas e atletas sem deficiência intelectual e capacidades desportivas médias ou baixas, o que resulta em equipas em que os praticantes apresentam níveis próximos de desempenho. O contributo para a inclusão social ocorre pelo desenvolvimento pessoal dos atletas, criação de ligações inclusivas e igualitárias, construção de parcerias e perceção positiva dos atletas (McConkey *et al.*, 2013). Neste caso, a adaptação é no nível de desempenho dos praticantes.

A outra via é a da adaptação da comunidade, assente em atividades tão próximas quanto possível das práticas de qualquer cidadão – trata-se, portanto, de ajudar as comunidades a oferecer as mesmas oportunidades, recursos e objetivos aos atletas com deficiência.

Esta foi a via adotada pelo projeto “Um Passo em Frente” – que aqui avaliamos. O projeto foi desenvolvido num concelho do interior sul de Portugal e assentou em três pilares:

- a escolha livre, informada e experimentada das PCDI (por contraste com a prática desportiva segundo a perceção dos técnicos e familiares);

- a possibilidade do desporto se constituir como um objetivo de vida e das PCDI poderem enveredar por percursos desportivos em tudo semelhantes a de qualquer outro cidadão (competição/recreação/saúde/qualidade de vida);

- a prática desportiva assente nos recursos da comunidade: espaços, horários, técnicos, espaços e financiamento da comunidade, em equipas com afiliação a clubes (constituídas por atletas que frequentavam várias instituições).

Seguindo estes princípios, o primeiro ano do projeto foi dedicado à experimentação de várias atividades desportivas. Deste processo, surgiram três equipas (futebol, boccia e natação), sedeadas em clubes, que funcionaram em colaboração com as instituições da área da deficiência e com as famílias. Também foram organizados torneios desportivos de âmbito regional e internacional, nas modalidades mencionadas. O financiamento do projeto foi assegurado através de um programa municipal de incentivo à formação desportiva. No termo do terceiro ano de funcionamento, considerou-se importante proceder à avaliação do

projeto e descobrir qual o seu impacto na inclusão social dos atletas. É desse processo que daremos conta.

Metodologia

A investigação teve como objetivos conhecer o impacto do projeto na inclusão social dos atletas e o processo que lhe deu origem:

- 1) O projeto promoveu a inclusão social dos atletas?
- 2) Como é que esse processo ocorreu?

A pesquisa assentou num paradigma qualitativo-interpretativo e numa tipologia de estudo de caso, o que favorece a compreensão de problemas humanos e sociais e convoca o carácter holístico da realidade (Carmo & Ferreira, 2015; Pocinho, 2012).

Na recolha de dados optámos por utilizar o *focus group*, uma vez que esta técnica é útil para esclarecer as raízes dos comportamentos complexos e para evidenciar as dinâmicas de interação capazes de dar origem a mudanças (Barbour, 2013; Silva, Veloso, & Keating, 2014). Esta escolha também se justifica pelas características da amostra: foi esperado que o grupo de discussão contribuisse para a participação mais efetiva das PCDI – por contraste com entrevistas individualizadas (Silva, Veloso, & Keating, 2014).

Participantes

A constituição da amostra, por intencionalidade, foi presidida pela procura de homogeneidade dos grupos (familiares, clubes e instituições e atletas) e de heterogeneidade dos participantes (desporto praticado, tipo de deficiência intelectual, formação, nível sócio-económico, função). No caso dos atletas, as competências de comunicação também foram um fator de seleção.

Esta estratégia teve como objetivo aceder a visões diversificadas que contribuam para explicar o fenómeno em estudo (Barbour, 2013). Houve, também, um preceito ético para a constituição dos grupos, assente no efeito que a situação de *focus group* poderia ter nos intervenientes: considerou-se que a constituição de grupos por papéis (atletas, famílias e técnicos), poderia contribuir para que os grupos de discussão tivessem características de empatia.

Tabela 1 - Descrição da amostra

	Convidados participantes	Convidados ausentes
Famílias	Representante de instituição que tutela atletas. Mãe de atleta de boccia e Futebol. Mãe de atleta de natação. Mãe de atleta de boccia.	Pai de atleta de boccia. Mãe de atleta de boccia.
Atletas	Atleta de boccia. Atleta de natação. 2 atletas de futebol. 4 atletas praticantes de duas atividades.	
Técnicos	Técnico dos serviços de desporto da Câmara Municipal. Técnico de entidade parceira na área da deficiência. Técnico de boccia. Técnico de futebol. Diretor de clube parceiro. Técnico de Centro de Atendimento Acompanhamento e Animação de Pessoas com Deficiência.	Técnico de natação.

Instrumento

A elaboração do guião seguiu uma perspetiva semi-estruturada, o que facilita a comparação entre grupos e permite a configuração das perguntas em função do nível de linguagem dos participantes (Manzini, 2012, 2004), com os temas a serem selecionados segundo as perguntas de investigação e as categorias de análise de conteúdo estabelecidas:

- Inclusão social: modelo de inclusão social pelo desporto de Bailey (2005; 2008);
- Indicadores de processo: história desportiva dos atletas, sustentabilidade, expectativas e princípios de ação do projeto.

Na sua elaboração foram tidos em conta a pertinência entre as questões e os objetivos, a adequação da linguagem e da forma das perguntas e a sequência de apresentação das perguntas (Carmo e Ferreira, 2015; Krueger & Casey, 2009; Manzini 2012, 2004).

Considerou-se dois momentos de testagem do instrumento. No primeiro, o da sua elaboração, procedeu-se à análise crítica do guião, junto de dois técnicos especialistas com experiência na condução de pesquisas qualitativas. O segundo, para experimentar o sistema de categorias a usar na análise de conteúdo e a capacidade de gerar dados úteis (Manzini, 2012, 2004), teve a forma de entrevista isolada e respetivo tratamento.

Procedimentos

A recolha dos dados ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2015.

Os grupos focais tiveram duração útil entre os 60 e 80 minutos. No caso da sessão com os atletas, tendo em conta as limitações funcionais e de atenção/concentração características da população de PCDI, houve um intervalo de dez minutos na sessão. Pelos mesmos motivos, também se utilizou imagens que representassem a temática das questões, com a finalidade de focar as narrativas (por exemplo, quando se questionou acerca da utilização dos espaços de treino, foi mostrada uma imagem dos espaços em que os atletas treinam).

O local de realização dos *focus groups* foi um dos espaços utilizados para os treinos de desporto adaptado, porque se considerou que a familiaridade com o espaço poderia facilitar a participação e também porque este apresentava condições de confidencialidade e de gravação. O consentimento livre, informado e esclarecido dos participantes foi assegurado por escrito, precedido por contacto pessoal explicativo dos objetivos e usos da pesquisa. No caso dos atletas, o processo foi alvo de cuidado especial quanto ao critério da autonomia, que traduz a autodeterminação dos indivíduos (Pocinho, 2012): optou-se por uma explicação presencial aos atletas e, em simultâneo, a pessoas que podiam colaborar no processo de interpretação e decisão dos atletas (familiares ou técnicos). Porém a participação foi consentida, em exclusivo, pelos atletas.

O tratamento dos dados ocorreu por análise de conteúdo, de acordo com as categorias estabelecidas *a priori*:

Tabela 2 – Categorias da Análise de Conteúdo

Tema	Categorias
Inclusão social	Espacial Funcional Relacional Poder
Processo de inclusão social	História desportiva dos atletas Sustentabilidade Expectativas Princípios de ação

Dada a necessidade de garantir que os resultados traduziam a realidade estudada, foram discutidos pelos investigadores e, em seguida, foi realizada uma sessão de apresentação e discussão com os participantes (conforme sugerido por Carmo e Ferreira, 2015), que decorreu em junho de 2016. Deste procedimento foi extraída a convicção de que os dados representam, fidedignamente, a realidade.

Resultados

A primeira questão de investigação que colocamos foi no sentido de saber se o projeto promoveu a inclusão social. Os resultados sugerem que esse objetivo foi alcançado, uma vez que apontam para desenvolvimentos em cada um dos domínios do modelo de inclusão de Bailey (2005; 2008):

Tabela 3 – Resultados: Inclusão Social

	Desenvolvimentos	Impasses
Espacial	Redução de distâncias sociais e pessoais e criação de oportunidades de interação social. Tendência de normalização da prática desportiva.	
Funcional	Criação de laços de pertença a uma equipa. Novas rotinas da vida dos atletas e da família: preparação para o treino. Valorização do desporto como uma atividade socialmente relevante.	A identidade de atleta não foi claramente estabelecida.
Relacional	Oportunidades para que os atletas lidem (ou aprendam a lidar) com sentimentos menos positivos. Desenvolvimento de competências desportivas específicas e de competências transversais.	As famílias e instituições têm tendência a proteger os atletas de sentimentos menos positivos (“O que interessa é participar”).
Poder	As atividades contribuíram para que os atletas praticassem reflexões críticas sobre a utilização de recursos e direitos. Gestão de recursos por parte dos atletas: tomada autónoma de decisões no treino e nos jogos.	

A segunda questão de investigação era destinada a identificar os processos que suportaram e promoveram a inclusão social.

Os dados apontam que o projeto (a) criou expectativas nos atletas e técnicos que podem assistir a sustentabilidade e (b) que os princípios de ação implementados contribuíram para a emergência de uma cultura de inclusão social, refletida na normalização da prática desportiva.

Tabela 4 – Resultados: Processo de Inclusão Social

	Desenvolvimentos	Impasses
História	A história institucional e de experimentação desportiva criou uma imagem positiva da participação desportiva, o que facilitou a implementação do projeto.	Da participação esporádica emerge, também, um impasse à criação de identidades.
Princípios de ação	As famílias, os clubes e o município revisitaram as suas missões e os seus valores e crenças em face às PCDI, o que favoreceu a normalização da prática desportiva e promoveu mudanças efetivas nos valores de acesso à prática desportiva.	
Expectativas	A participação no projeto deu origem a expectativas dos técnicos e atletas de mais momentos de competição; nas famílias originou expectativas de mais oportunidades de desenvolvimento pessoal (felicidade) e terapêutico.	
Sustentabilidade	A sustentabilidade é favorecida: - pela motivação que emerge dos sentimentos de pertença a uma equipa; - pelo compromisso que surge da constituição de equipas com atletas de várias instituições e do uso de recursos da comunidade; - e pela prática centrada nos clubes, que permitiu a utilização eficaz e eficiente de recursos.	

Discussão

Os estímulos do projeto dirigiram-se à comunidade e parecem ter promovido adaptações nos clubes, famílias e instituições, no sentido da normalização (em curso) da prática desportiva adaptada.

Para mim é muito importante que seja um treinador, num campo que seja de um clube, porque isso, no imaginário das pessoas, é diferente de fazer uma troca de bola numa instituição, mesmo se o futebol pode ser praticado em qualquer lado. Por isso, é diferente, está enquadrado e é num campo que pertence a um clube de futebol e isso faz toda a diferença. Eu sinto que para eles o ir ao *clube*ⁱ é ir onde se joga futebol, por isso é muito valioso (...) são atletas, treinadores e é o campo de futebol e o clube. Para mim, isto faz parte do universo do clube e não do universo da deficiência (Técnica 2).

Ou seja, os dados sugerem que (a) os princípios de ação do projeto – prática desportiva na comunidade – mobilizaram as histórias de vida, os recursos da comunidade e as necessidades partilhadas para dar origem a práticas desportivas que favoreceram a inclusão social e resultaram na normalização da prática desportiva das PCDI; e (b) que as atividades centradas nas famílias e nos clubes promoveram compromissos e expectativas que favorecem a sustentabilidade da prática desportiva das pessoas com deficiência (Figura 1). Portanto, apontam para impactos nos atletas (inclusão social) e na comunidade (desenvolvimento social).

Figura 1 – Impacto do Projeto



Nos atletas, os resultados positivos podem ser explicados pela diminuição do isolamento social (Isaksson, Skär, & Lexell, 2009), pelo ganho de competências e de sentimentos de pertença e pelo reforço da autonomia, traduzido nas decisões que os atletas passaram a tomar (Bailey, 2008).

Contudo, as narrativas também revelam que os três anos de funcionamento do projeto não foram suficientes para a emergência de identidades inerentes ao desporto. A criação de identidade de atletas é importante porque está conotada com níveis de competência que contribuem para resistir a estereótipos e expectativas associadas à deficiência (Ashton-Shaeffer, Gibson, & Willming, 2001).

Assim, os resultados aconselham a que o projeto deve investir em atividades que favoreçam essa identidade (como competições e torneios) e sugerem que o impasse pode advir do historial de experimentação desportiva institucional.

Note-se que as asserções revelam que os atletas participaram, ao longo dos anos, em vários eventos avulso de experimentação desportiva, com objetivos indiferenciados. Esse tipo de participação contribuiu para a motivação para a participação em atividades físicas e desportivas, mas também pode ter contribuído para padronizar o envolvimento flutuante (portanto, no papel de não-atletas), em vez do envolvimento assente na proficiência. A competência advém de elementos que são favorecidos pelo tempo e pela prática sustentada, como o saber-fazer o saber-estar e o querer-fazer (Talavera & Pérez-González, 2007) e, portanto, requer investimento contínuo e frequente. E a motivação é

influenciada por sentimentos de autonomia e competência (Ryan & Deci, 2007), o que significa que pode estar limitada se a grande variabilidade de experiências dificultar a dedicação necessária ao desenvolvimento de competências desportivas.

Na comunidade, os resultados podem ser explicados porque o contacto com pessoas com deficiência e o aumento do conhecimento acerca da deficiência promovem alterações positivas das atitudes (Wong & Wong, 2008; Yazebeck, McVilly, & Parmenter, 2004). Isto sugere os clubes tinham as competências técnicas e estruturais para desenvolverem desporto adaptado, mas faltava-lhes a oportunidade de as implementar junto de PCDI – e sugere que projetos futuros se devem focar mais nas inseguranças da comunidade, do que nas incapacidades dos atletas.

Os dados obtidos, também indiciam que projeto favoreceu a normalização de oportunidades de desenvolvimento. Este elemento é particularmente importante, porque as asserções deixam perceber que as famílias (em particular) e os técnicos são seletivos quanto aos estímulos e atividades a que expõem as PCDI, para evitar aqueles que podem gerar sentimentos negativos.

- Se calhar também somos um bocadinho os culpados, porque eu, quando ele vai, estou-lhe sempre a dizer: “Houve, se perderes, perdes, isto não é nenhum... não fiques irritado, o que interessa é competir, é ires, conviver, jogar, mas não fiques irritado”. Mas agora começo-lhe a dizer: “Tu vai, vê lá se ganhas” [Risos]... (Familiar 1).

- Eu também às vezes digo à *minha filha*ⁱⁱ, ela chega e diz: “Fulano ficou em primeiro, ficou em segundo, olha, não fui capaz”, “mas então, tens que te esforçar”. Mas nunca digo: “tens que ser a primeira tens que ...” (Familiar 2).

- Pois, é isso... (Familiar 1).

- Tens que trabalhar... (Familiar 2).

- Tens que trabalhar, para ver como é que é... (Familiar 1).

[...]

- Esse tem sido o nosso lema e, portanto, o importante é participar e porquê? Para eles não se sentirem diminuídos em relação aos outros, para eles quererem participar e, ficarem lá em que lugar ficarem, estarem sempre bem. Portanto, aí a culpa será nossa se eles ... Também nunca estiveram num clube com a intenção de: “Vejam lá, trabalhem, esforcem-se para serem os melhores”. Isso também nunca lhes foi dito. Se lhes começarmos a dizer, eles provavelmente começam a ver a diferença (Familiar 2).

Por outras palavras, as PCDI podem não estar a ter acesso às situações que favorecem o desenvolvimento de todas as competências (no caso, as necessárias para lidar com situações frustrantes), o que pode constituir-se como um constrangimento funcional em situações de vida em que essas competências são necessárias (Estrada, 2008; Saarni, 2002; Zins & Elias, 2006). Neste

caso, as atividades desportivas do projeto foram ocasiões que permitiram a intervenção dos técnicos, em ambiente controlado, tendo em vista a aprendizagem de competências que concorram para lidar com sentimentos de frustração.

Particularmente, sobre a influência dos princípios de ação do projeto (práticas desportivas em condições semelhantes), os dados sugerem que o projeto operou sobre as necessidades partilhadas e sobre as interdependências (os pontos em que os objetivos apenas são alcançados quando há partilhas). Assim, a prática desportiva das PCDI na comunidade resultou dos desejos dos atletas em praticar desporto; do empenho das famílias, para que os atletas tivessem oportunidades iguais de aceder à comunidade; e da vontade dos clubes em valorizar os seus recursos.

- Faltava alguém que fizesse uma ponte [...]. Em relação a isso, acho que *este concelho*ⁱⁱⁱ, tem algumas coisas, tem de facto, e não se aproveitam tanto quanto se deviam aproveitar (...), tem toda uma cultura institucional. O que falta mesmo, entre as instituições, são estas pontes [...] (Técnica 2).

-Eu concordo [...], eu acho que havia uma base e há uma base de facto. Há muita coisa *no concelho*^{iv} e há uma base de colaboração (...) pontual (...). Depois faltava um projeto específico... (Técnica 1).

- Que articulasse... (Técnica 2).

- ... e que articulasse o social, com o desporto (...). Mas isso é fruto do tempo. (...) antes, as coisas andavam, a escola de um lado. Agora estamos numa altura em que está efetivamente assente que as parcerias são favoráveis e que temos que misturar o desporto com o social e com a cultura, pronto e então como já tínhamos isso tudo ... (Técnica1).

Portanto, os dados sugerem que a solução encontrada tem um sentido profundamente local, de acordo com as circunstâncias e sentimentos (também locais) que presidiram à interação entre os agentes e à complexidade que lhes está inerente (Cilliers, 1998; Holden, 2005; Morin, 1990). Não há, nas narrativas, problemas sociais urgentes que obriguem a soluções; há, isso sim, a sensibilidade emergente de uma ideia de inclusão social de sentido comunitário.

Esta é uma questão importante, porque contextualiza localmente a dinâmica inclusão/exclusão social e sugere que a linha que separa os que estão incluídos dos que estão excluídos, tem um caráter flutuante, em função das comunidades locais e das suas práticas sociais. Então, em sintonia com estudos e modelos que exploram os fatores que promovem a inclusão social (e.g., Bailey, 2008; McConkey, Dowling, Hassan, & Menke, 2013; Stöer, Magalhães, & Rodrigues, 2004; Vendonschot, et al, 2009), os dados reforçam que o foco da inclusão social não reside apenas nas intervenções destinadas às PCDI, mas ocorre num contexto sistémico de práticas quotidianas e de padrões culturais,

influenciado pelas interações entre agentes (PCDI, famílias, instituições).

Neste caso, a diversidade dos intervenientes favoreceu inovações na vida dos atletas (inerentes à prática desportiva), o que reforça que a multiplicidade de influências é um instrumento de inclusão social e deve ser tido em conta na gestão de atividades e projetos (Morrison, Lumby, & Sood, 2006).

Conclusões

A expressão “normalização” que aqui temos vindo a utilizar não é inocente: ela dá a entender que o projeto não trouxe práticas sociais inovadoras (os treinos em horário pós-laboral, a prática centrada em clubes ou o acompanhamento dos atletas pelas famílias não são inovações) e que, portanto, não recorreu a estratégias “fora da caixa” para promover a inclusão social. Contribuiu, isso sim, para que as práticas comunitárias desportivas se tornassem normais para mais cidadãos – portanto, completamente “Dentro da Caixa”.

A comunidade oferece elementos de heterogeneidade que podem estimular inovações individuais, familiares e sociais e, desta forma, contribuir para mais e melhores vias de inclusão. Isto sugere que, na área da inclusão social, se deve aceitar e trabalhar com a diversidade para além da diversidade das PCDI e fortalece a ideia de que as atividades não devem estar limitadas aos grupos de risco, mas devem investir nas comunidades e espaços em que medram interações sociais capazes de mudar a realidade.

Trata-se, pois, de argumentos em favor de uma inclusão social feita com os outros e pensada em função das adaptações que pretende promover. Neste caso, a intervenção centrada na interação entre atletas, instituições, famílias e clubes, promoveu a evolução social, a socialização das PCDI e o desenvolvimento de competências específicas e, nessa medida, foi um estímulo coerente com a inclusão social. Outros estímulos parecem ter impactos mais limitados (Figura 2).

Figura 2 – Impactos das adaptações nas práticas desportivas adaptadas



Assim, o projeto mostra que a organização de desportos adaptados em cenários comunitários (em vez de institucionais) é viável e tem (no caso em apreço) efeitos positivos nos atletas, na comunidade e na criação de valores de inclusão social.

- Então qual é o significado de fazerem parte de uma equipa? (Moderador)
- Assim fazemos todos parte do mesmo (Atleta de Futebol).
- E porquê? (Moderador)
- Porque assim somos todos da mesma casa (Atleta de Futebol).

Esta investigação tem limitações inerentes à sua natureza de estudo de caso, particularmente quanto à possibilidade de generalização dos resultados. Contudo, a aplicação do conhecimento produzido estará a cargo dos técnicos que atuam na realidade, que aferirão a pertinência desse conhecimento para a sua ação (Merrin, 1998 *apud* Ponte, 2006). Através desse processo, esta pesquisa pode contribuir para melhores intervenções. Naturalmente, outras investigações serão necessárias para validar as ideias-chave que daqui emergem: a comunidade pode (deve!) estar no centro da inclusão social e, nesse processo, seria importante revisitar metodologias – de uma intervenção centrada, apenas, nos problemas, para uma que inclua as necessidades que os agentes partilham; de adaptações das instituições, do nível de desempenho ou dos desportos, para adaptações da comunidade.

Referências

- Alvino-Borba, A., & Mata-Lima, H. (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: Um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social e Sociedade*, 106, pp. 219-240.
- Amaro, R. (2000). A exclusão social hoje. *cadernos do Instituto São Tomás de Aquino*, 9. Obtido em 13 de 09 de 2015, de http://triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html
- Ashton-Shaeffer, C., Gibson, H., & Willming, C. (2001). Women's resistance and empowerment through wheelchair sport. *World Leisure Journal*, pp. 11-21. doi:10.1080/04419057.2001.9674245
- Bailey, R. (2005). Evaluating the relationship between physical education, sport and social inclusion. *Educational Review*, 57(1), pp. 71-90.
- Bailey, R. (2008). Positive youth development through sport. Em N. Holt, *Youth sport and social inclusion* (pp. 89-96). London: Routledge.
- Barbour, R. (2013). *Doing focus groups* (4ª ed.). London: Sage.

- Bernman, Y., & Philips, D. (2000). Indicators of social quality and social exclusion at national and community level. *Social Indicators Research*, 50(3), pp. 329-350.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2015). *Metodologia da investigação: Guia para a autoaprendizagem* (3ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Cilliers, P. (1998). *Complexity and Postmodernism. Understanding complex systems*. London: Routledge.
- Dorogi, L., Szabo, A., & Bogнар, J. (2008). Goal orientation and perceived motivational climate in Hungarian athletes with physical and visual disabilities and in able-bodied athletes. *Kinesiology*, 40, pp. 162-169.
- Duhaine, G., Searles, E., Usher, P., Mayers, H., & Fréchette, P. (2004). Social cohesion and living conditions in the Canadian Arctic: From theory to measurement. *Social Indicators Research*, 66(3), pp. 295-317.
- Estrada, R. (2008). *Era uma vez...emoções, defesas e fantasias*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Harada, C., Siperstein, G., Parker, R., & Lenox, D. (2011). Promoting social inclusion for people with intellectual disabilities through sport: Special Olympic Internationals, global sport initiatives and strategies. *Sport in Society*, 14(9), pp. 1131-1148.
- Holden, L. (2005). Complex adaptive systems: Concept analysis. *Journal of Advanced Nursing*, 52(6), pp. 651-657. Doi:10.1111/j.1365-2648.2005.03638.x
- Kelly, L. (2011). Social inclusion through sports-based interventions? *Critical Social Policy*, 31(1), pp. 126-150.
- Kissow, A., & Singhammer, J. (2012). Participation in physical activities and everyday life of people with disabilities. *European Journal of Adapted Physical Activity*, 5, pp. 68-81.
- Krueger, R., & Casey, M. (2009). *Focus groups: A practical guide for applied research* (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Liu, Y. (2009). Sport and social inclusion: Evidence from the performance of public leisure facilities. *Social Indicators Research*, 90, pp. 325-337.
- Manzini, E. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e roteiros. *Seminário Internacional de pesquisa e Estudos Qualitativos*. Bauru: SIPEQ.
- Manzini, E. (2012). Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. *Revista Percursos - NEMO*, 4(2), pp. 149-171.
- Maxwell, H., Foley, C., Taylor, T., & Burton, C. (2013). Social inclusion in community sport: A case study of muslim women in Australia. *Journal of Sport Management*, 27(6), pp. 467-481.
- McConkey, R., Dowling, S., Hassan, D., & Menke, S. (2013). Promoting social inclusion through Unified Sports for youth with intellectual disabilities: A five-nation study. *Journal of Intellectual Disability Research*, 57, pp. 923-935.
- Morin, E. (1990) *Introduction a la pensée complexe*. Paris: ESF
- Morrison, M., Lumby, J., & Sood, K. (2006). Diversity and diversity management: Messages from recent research. *Administration & Leadership*, 34(3), pp. 277-291.
- Pocinho, M. (2012). *Metodologia da investigação e comunicação do conhecimento científico*. Lisboa: Lidel.
- Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa: Climepsi.
- Ryan, R., & Deci, E. (2007). Active human nature: Self-determination theory and the promotion and maintenance of sport, exercise, and health. Em M. Hagger, & N. Chatzisarantis, *Intrinsic motivation and self-determination in exercise and sport* (pp. 1-19). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Saarni, C. (2002). Competência emocional: Uma perspectiva evolutiva. Em R. Bar-On, & J. Parker, *Manual de inteligência emocional: Teoria e aplicação em casa, na escola e no trabalho* (pp. 65-80). São Paulo: Artmed.
- Silva, I., Veloso, A., & Keating, J. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26, pp. 175-190.
- Stöer, S., Magalhães, A., & Rodrigues, D. (2004). *Os lugares da exclusão social: Um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Talavera, E., & Pérez-González, J. (2007). Formação em competências sócio-emocionais através de estágios em empresas. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 40, pp. 90-113.
- Vendonschot, M., Witte, L., Reichrath, E., Buuntinx, W., & Curfs, L. (2009). Community participation of people with intellectual disability: A review of empirical findings. *Journal of Intellectual Disability Research*, 53, pp. 303-318.
- Wong, P., & Wong, D. (2008). Enhancing staff attitudes, knowledge and skills in supporting the self-determination of adults with intellectual disability in residential settings in Hong-Kong: A pretest-posttest comparison group design. *Journal of Intellectual Disability Research*, 52, pp. 230-243.
- Yazebeck, M., McVilly, K., & Parmenter, T. (2004). Attitudes toward people with intellectual disabilities: An Australian perspective. *Journal of Disability Policy Studies*, 15, pp. 97-111.

Zins, J., & Elias, M. (2006). Social and Emotional Learning. Em G. Bear, & K. Minke, *Children`s Needs III* (pp. 1-13). . (pp. 1-13). National Association of School Psychologists.

Mantem-se a nossa convicção de que alunos e profess

ⁱ A itálico - Expressão nossa que substitui o nome do clube.

ⁱⁱ A itálico – Expressão nossa que substitui o nome de uma atleta.

ⁱⁱⁱ A itálico -Expressão nossa que substitui o nome do concelho.

^{iv} A itálico – Expressão nossa que substitui o nome do concelho.